

PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI MIGUELINHO
Estado de Pernambuco

LEI N.º 338/ 99

**EMENTA : Dispõe sobre a regulamentação
do Código Tributário Municipal
e dá outras providências.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FREI MIGUELINHO, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 54 da Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O valor base de cálculo do ISS – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, dos profissionais autônomos, estabelecido no artigo 35 do Código Tributário Municipal, passa a ser expresso em UFIR – Unidade de Referência Fiscal, ficando a base de cálculo anual, limitada a 60 (sessenta) UFIR.

Art. 2º - As tabelas para o cálculo de ISS dos autônomos e de prestadores de serviço, ANEXO I do Código Tributário Municipal, Lei Nº 283/93, ficam substituídas pelo ANEXO I desta Lei, expressa em UFIR.

Art. 3º - As atividades elencadas no artigo 30 do Código Tributário Municipal – Lei Nº 283/93, estão sujeitas as alíquotas constantes do ANEXO I desta lei.

Art. 4º - O valor unidade de referência - UR criado pelo artigo 254 do Código Tributário Municipal fica substituído por 1 UFIR (uma Unidade Fiscal de Referência).

Art. 5º - As taxas de serviços e de licenças estabelecidas nos artigos 104 a 157 do Código Tributário Municipal, serão calculadas conforme tabelas ANEXOS II a XII da Lei Nº 283/93 adaptadas para UFIR, anexas a presente Lei.

Art. 6º - Após a publicação desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a consolidar as modificações introduzidas por esta Lei no Código Tributário Municipal, que será republicado com as tabelas ANEXO I a XII, abaixo identificadas:

I- ANEXO I – Tabela para lançamento e cobrança do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS;

II- ANEXO II – Tabela para cobrança de taxa de limpeza pública;

III- ANEXO III – Tabela para cobrança de taxa de licença para localização e funcionamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI MIGUELINHO

Estado de Pernambuco

IV- ANEXO IV – Tabela para cobrança de taxa de licença para funcionamento de estabelecimento em horário especial;

V- ANEXO V – Tabela para cobrança de taxa de licença para publicidade;

VI- ANEXO VI – Tabela para cobrança de taxa de licença para execução de obras;

VII- ANEXO VII – Tabela para cobrança de taxa de licença de abate de animais e transporte de carne;

VIII- ANEXO VIII – Tabela para cobrança de taxa de licença para ocupação de áreas em terrenos e logradouros públicos;

IX- ANEXO IX – Tabela para cobrança de taxa de licença para exercício de atividades ambulantes;

X- ANEXO X – Tabela para cobrança de taxa de instalação e utilização de máquinas e motores;

XI- ANEXO XI – Tabela para cobrança de taxa de expediente;

XII- ANEXO XII - Tabela para cobrança de taxa de serviço diversos.

Art. 7º - O Poder Executivo fica autorizado a regulamentar o Código Tributário Municipal, Lei Nº 283/93, através de Decreto.

Art. 8º - A Fazenda Municipal poderá calcular o valor principal dos tributos dos exercícios anteriores, ainda não pagos, com base nas tabelas aprovadas por esta Lei.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer o zoneamento urbano, para efeito de lançamento do IPTU, mediante Decreto, dividindo a cidade nas áreas:

- I- Área Central;**
- II- Área Intermediária;**
- III- Área Periférica.**

Art. 10 – O artigo 26 do Código Tributário Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26 – Fica isento do IPTU o bem imóvel:

I- Pertencente a particular, quanto à fração cedida gratuitamente para o uso do município ou de suas autarquias;

II- Pertencente a agremiação desportiva licenciada e filiada à Federação Esportiva do Estado, quando utilizado efetiva e habitualmente no exercício de suas atividades sociais;

III- Pertencente ou cedido gratuitamente a sociedade ou instituição sem fins lucrativos que se destine a congregar classes trabalhadoras, com a finalidade de realizar sua união, representação, defesa, elevação de seu nível cultural, físico ou recreativo;

IV- Pertencente a sociedade civil sem fins lucrativos e destinado ao exercício de atividades culturais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI MIGUELINHO

Estado de Pernambuco

V- Pertencente à viúva, enquanto neste estado e ainda, ao filho menor ou maior inválido, relativamente ao prédio que lhe sirva exclusivamente de residência e desde que outro não possua no município;

VI- Declarado de utilização pública para fins de desapropriação, a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do imposto em que ocorre a imissão de posse ou ocupação efetiva pelo poder desapropriante.

Parágrafo Único – As isenções previstas nos itens I a VI só serão efetivadas mediante requerimento fundamentado do interessado, sob pena de perda do benefício.”

Art. 11 – Fica acrescido ao artigo 4º do Código Tributário Municipal o parágrafo único com a seguinte redação:

“**Art. 1º** - O Imposto Predial e Territorial Urbano IPTU é devido pela propriedade, domínio útil ou posse de bem imóvel localizado na zona urbana do município.

Parágrafo Único – Atendidos os requisitos legais, não incide o IPTU sobre imóveis pertencentes a:

- I- Partidos políticos, inclusive suas fundações;
- II- Entidades sindicais de trabalhadores;
- III- Instituições educacionais e de assistência social sem fins lucrativos;
- IV- Templos religiosos ou igrejas.”


Art. 12 – Através de decreto o Poder Executivo fixará as datas de vencimento para cobrança de tributos, podendo conceder descontos de até 50% (cinquenta por cento) para pagamento até o vencimento .

Parágrafo Único – Somente terá desconto no IPTU pago em dia o contribuinte que não tenha débitos de exercícios anteriores.

Art. 13 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de dezembro de 1999.


IVANILDO PEREIRA DE OLIVEIRA
Prefeito